



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9165

**Presidente da Mesa Diretora:** Cláudio Ribeiro Prates

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Celebra Convênios, Termos de Cooperação, Aditivos, Repassa Recurso

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 26/06/2018

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 60/2018. Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar parceria com a Sociedade Rural de Montes Claros, repassar recursos financeiros no valor de R\$ 70.000,00 em apoio à 44ª Expomontes, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 5.071, de 02/07/2018).

**Controle Interno – Caixa:** 2.1

**Posição:** 34

**Número de folhas:** 06

---

Espécie: PL  
Categoria: Convênio  
CX: 2.1  
Ordem: 34  
nº fls: 4



nº 28/2018

05.07.2018

# Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 5.071, de 02/07/2018

PROJETO DE LEI Nº 60/2018

AUTOR: Executivo Municipal

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Parceria com a  
Sociedade Rural de Montes Claros, Repassar Recursos Financeiros  
e dá Outras Providências.

## MOVIMENTO

- 1 -
- 2 -
- 3 - Entrada em 26/06/2018
- 4 - Comissão Legislação e Justiça e Finanças Orçamento Tomada de Contas.
- 5 - APROVADO Regime de Urgência 02/07/18
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

PROJETO DE LEI Nº 60, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR PARCERIA COM A SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS, REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica o poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, autorizado a celebrar parceria com a Sociedade Rural de Montes Claros, e repassar a esta recursos financeiros no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), em espécie, para apoio à realização, no ano de 2018, da 44ª EXPOMONTES.

**§1º** – O repasse em espécie de que trata o *caput* deste artigo será feito em parcela única, após a publicação desta Lei.

**§2º** – Fica reconhecido, para o referido repasse, a inexigibilidade do chamamento público, nos termos do art. 31, da Lei Federal nº. 13.019/14.

**Art. 2º** – As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**Dotação:** 02.11.01-20.606.0031.4046 – 335041;

**Valor:** R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

**Art. 3º** – A Sociedade Rural de Montes Claros, além de apresentar prestação de contas da aplicação dos recursos orçamentários cedidos pelo Município, deverá ceder, gratuitamente, um *stand* de 100 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) e 4.000 (quatro mil) ingressos diurnos para acesso à EXPOMONTES/2018, a serem distribuídos aos alunos da Rede Municipal de Ensino.

**Parágrafo único.** A Sociedade Rural de Montes Claros deverá, também, registrar o apoio do Município de Montes Claros em todas as peças publicitárias do evento.

**Art. 4º** – Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 5º** – Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 29 de junho do corrente ano.

Montes Claros (MG), em 25 de junho de 2018.

  
**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**

02

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 26 DE ABRIL DE 2018  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO E CONTABILIDADE  
EM 26 DE ABRIL DE 2018  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 60/2018 QUE “Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar parceria com a Sociedade Rural de Montes Claros, repassar recursos financeiros e dá outras providências” de autoria do Prefeito Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

O projeto tem como objetivo a autorização legislativa para que o Município possa repassar recursos financeiros à entidade que menciona.


A iniciativa de Leis que solicitem a autorização para repasse de recursos financeiros é do Executivo Municipal.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, caso exista os valores na dotação informada, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 27 de junho de 2018.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

#### **PARECER CONJUNTO SOBRE PROJETO DE LEI Nº 60/2018**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Parceria com a Sociedade Rural de Montes Claros, repassar recursos financeiros e dá Outras Providências.**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 26/06/2018, com entrada na Sala das Comissões no dia 28/06/2018.

Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto e à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas emitir parecer sobre o mérito.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei, em questão, autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar parceria com a Sociedade Rural de Montes Claros, repassar recursos financeiros e dá Outras Providências.

De acordo com a proposição a parceria a ser celebrada entre o Município e a Sociedade Rural tem como o objetivo apoiar a realização da exposição agropecuária de Montes Claros.

Neste caso, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação, entende que a presente proposição não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e constitucionais.

Quanto ao mérito, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas é favorável à aprovação da matéria pelo plenário.

#### **III – CONCLUSÃO**

Diante do Exposto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação e a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas é pela aprovação da matéria pelo Plenário.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2018.

#### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva \_\_\_\_\_

Vice-Presidente : Ver. Martins Lima Filho \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Wilton Afonso Dias Soares: \_\_\_\_\_

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

Presidente: Ver. Wilton Afonso Dias Soares \_\_\_\_\_

Vice- Presidente: Ver. Domingos Edmilson Magalhães \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Daniel Dias da Silva \_\_\_\_\_



## **Município de Montes Claros - MG**

### **PROCURADORIA-GERAL**

Montes Claros (MG), 25 de junho de 2018.

Exmo. Sr.

Vereador Cláudio Ribeiro Prates

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros.

Ofício nº GP-\_\_\_\_\_/2018

Assunto: encaminhamento de projeto de lei

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminho a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR PARCERIA COM A SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS, REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Trata-se de Projeto de Lei que visa possibilitar o repasse de verbas orçamentárias à Sociedade Rural de Montes Claros, promotora da 44ª EXPOMONTES, visando apoiar à realização da aludida exposição agropecuária, que movimenta todo o agronegócio e gera empregos e rendas no Município, sendo destaque nos últimos 44 anos como uma das maiores exposições agropecuárias do País.

Ressalta-se que nos termos do art. 31, da Lei Federal nº. 13.019/14, a parceria objeto do presente Projeto de Lei enquadra na hipótese de inexigibilidade do chamamento público, visto que as metas pretendidas somente podem ser atingidas por uma entidade específica, ou seja, a Sociedade Rural de Montes Claros.

Na certeza de que os benefícios que advirão das medidas contidas no projeto de lei em referência justificam, plenamente, a sua aprovação e em face da urgência de sua implementação, solicitamos que referida proposição seja submetida ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**Humberto Guimarães Souto**  
Prefeito de Montes Claros

